

Juiz nunca votou em presidente

HÉLIO DOYLE e
JOYCE RUSSI

BRASÍLIA — José Francisco Rezek, 44 anos, é o mais jovem ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). No ano que vem, como milhões de outros brasileiros, entre os quais sua mulher e filha de 17 anos, votará pela primeira vez numa eleição de presidente da República. A diferença é que também irá comandá-la, pois em setembro assume a presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). “Não se deve encarar eleição como acontecimento raro e de alta dramaticidade”, ensina Rezek. “Quanto mais usual ela se torna, mais o eleitor toma gosto por ela e, sobretudo, pela idéia de melhorar a si mesmo e às suas escolhas”.

Em 1983, com apenas 37 anos, Rezek foi nomeado para o STF pelo presidente João Figueiredo. Poderá permanecer na função (vitalícia) até 2014, quando fará 70 anos e será obrigado à aposentadoria compulsória. Segundo ele, o eleitorado brasileiro não perdeu em qualidade por não haver eleições presidenciais desde 1960 no País. “A perda significativa foi nas candidaturas, lideranças e bandeiras políticas. Não fosse esse longo hiato, poderíamos ter um quadro de quatro ou cinco partidos representativos de todas as tendências, não estaríamos engatinhando com mais de 30 partidos”, analisa.

Professor de Direito Constitucional na Universidade de Brasília e no Instituto Rio Branco, que forma os diplomatas do Itamaraty, Rezek, contudo, não critica o Congresso por ter permitido a proliferação de partidos: “Era preciso agir assim, porém não tenho dúvidas de que o Congresso será cada vez mais rigoroso daqui para a frente”.

O ministro encara o resultado das recentes eleições municipais como manifestação de



André Dusek/AE

Rezek: “Eleição não deve ser rara nem dramática”

uma tendência: “Se a esquerda, de modo geral, levou a melhor, é porque a idéia de mudança e renovação reinou em toda parte”.

NOVO QUADRO

Para as eleições presidenciais, o ministro antevê quadro muito diferente. “Eleição municipal significa a expressão de vontades locais sobre a formação de governos locais. Já na presidencial teremos poucos candidatos, o cargo em disputa é um só (são dois, mas o povo, tradicionalmente, não presta atenção ao vice) e a campanha estará centralizada naquilo que os candidatos conseguirem transmitir pela televisão”, diz ele.

Como, então, deverá ser distribuído o tempo dos candidatos na televisão? “O número de partidos é muito grande — começa a responder o ministro —, porém não se pode ignorar o óbvio: alguns deles não têm expressão eleitoral. Como o Congresso terá de decidir sobre isso, poderia estudar a alternati-

va de igualar o tempo dos partidos nele representados e, também, mas em patamar bem modesto, o tempo dos não representados.” Os partidos com bancadas maiores no Congresso concordariam? “É, sem dúvida, a última manifestação da vontade popular, em 15 de novembro, desafia abertamente a proporcionalidade da representação no Congresso. Então, é algo a se meditar.

Estou ciente de não ser minha a prerrogativa de dar, senão como cidadão, inspiração ao Congresso”, acrescenta.

Dizendo descansar de suas atividades de juiz enquanto dá aulas, o mineiro Rezek se declara completamente favorável à propaganda eleitoral gratuita pelo rádio e televisão. “Num país como o nosso, é da maior utilidade, pois não teríamos como garantir a idoneidade da informação em uma campanha toda custeada pelos próprios interessados”. Porém ele pensa, levando em conta queixas populares e também de emissoras, ser perfeitamente razoável des-

locar o horário gratuito do nobre. E aí reflete: “Mas esta também é uma sugestão para o Congresso votar”.

VOTO JOVEM

Rezek defende o voto obrigatório no atual estágio de desenvolvimento econômico-social do Brasil, pois permite melhor definição da preferência popular. “Devemos estender ao máximo o número de manifestações votantes, mesmo sabendo que muitas delas não se declarariam se a lei não mandasse ir às urnas”, enfatiza.

Progressista no que se refere ao voto aos 16 anos, o ministro diz não ter tido até hoje nenhuma razão para crer que a idade melhora as pessoas no que concerne ao essencial. Segundo ele, “a idade só melhora alguns adereços periféricos e virtudes secundárias, como a prudência e a temperança. Quanto ao discernimento, à qualidade do caráter, seguramente ninguém melhora com a idade”. Para Rezek, são qualidades que vêm mais ou menos prontas da adolescência. “Vejo como altamente positiva a participação dos jovens de 16 e 17 anos nas eleições”, afirma.

No entender do ministro mais jovem do STF, é um erro imaginar que a juventude, de modo geral, simpatize mais com este ou aquele partido e candidato: “Ela seguramente hostiliza certos tipos de bandeiras e discursos, mas não converge homogeneamente para este ou aquele lado”.

Finalmente, Rezek não se opõe às pesquisas de opinião. “É um direito do eleitor saber, ainda que na derradeira hora, como está o quadro geral. Essa é a prerrogativa de cidadania garantida pela pesquisa.” E se ela for falsa? “Aí é um problema de Direito Penal e, como pode ter expressão eleitoral, a solução é aperfeiçoar nossa legislação para punir com rigor esse tipo de manobra sórdida”, conclui.